



## Relatório Anual da Administração

**Aos acionistas:** A Administração da ETSE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. A companhia

aufere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram: **2015 - Dados operacionais:** Disponibilidade (%) - 99,99%. A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil

estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2015 os resultados da companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	3.519	17.504
EBITDA	12.886	50.700

A Diretoria

## ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

CNPJ nº 14.929.924/0001-81

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

## Balanço Patrimonial

31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	31/12/15	31/12/14
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.970	6.978
Títulos e valores mobiliários	6	2.977	-
Contas a receber ativo financeiro	7	23.116	17.267
Impostos a recuperar		78	420
Outras ativos		4.174	2.443
		<u>34.315</u>	<u>27.108</u>
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber ativo financeiro	7	190.697	157.495
Outros ativos		23	-
Intangíveis		29	29
		<u>190.749</u>	<u>157.524</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>225.064</b></u>	<u><b>184.632</b></u>

	Nota	31/12/15	31/12/14
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	8	7.762	6.152
Fornecedores		16.156	4.734
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	553	405
Dividendos declarados		4.157	-
Encargos regulatórios	10	394	-
Outros passivos		1.223	1.229
		<u>30.245</u>	<u>12.520</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	8	68.007	70.651
Adiantamento de clientes		619	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.518	5.383
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	21.800
		<u>75.144</u>	<u>97.834</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	92.943	60.893
Reservas de lucro	12	26.732	13.385
		<u>119.675</u>	<u>74.278</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>225.064</b></u>	<u><b>184.632</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
		60.893	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	513
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
Reserva legal		-	28	(28)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	12.872	12.872
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-
Reserva legal		-	644	(644)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	12.228	(12.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>60.893</u>	<u>672</u>	<u>12.713</u>	<u>74.278</u>
Aumento de capital		32.050	-	-	32.050
Lucro líquido do exercício		-	-	17.504	17.504
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-
Dividendos declarados		-	-	(4.157)	(4.157)
Reserva legal		-	875	(875)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	12.472	(12.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12	<u>92.943</u>	<u>1.547</u>	<u>25.185</u>	<u>119.675</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. "Companhia" foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 28 de dezembro de 2011 e tem como objetivo social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olivieiras, 66 - 8º andar - Sala J - São Paulo - SP. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2012	30	2042	19.741	IPCA

(\*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918/2015. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 20.513. O início das operações comerciais na ETSE ocorreu em janeiro e março de 2015. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão do poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada na nota explicativa "Contas a receber - ativos financeiros".

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

A emissão destas demonstrações contábeis, foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 04 de março de 2016. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **3.6. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber do ativo financeiro estão classificadas como "empréstimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativo:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1. Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas

anualmente. **3.7. Tributação:** 3.7.1. **Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; 3.7.2. **Imposto de renda e contribuição social:** • **Correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido. • **Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A ETSE reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.9.1. **Receitas de implantação de infraestrutura:** A ETSE abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Conseqüentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. 3.9.2. **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.9.3. **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. 3.9.4. **Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Resultado por ações:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### 4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada: IFRS 9 (Instrumentos financeiros) e IFRS 15 (Receita de contratos com clientes). Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: IFRS 14 - Ativos e passivos regulatórios; - Alterações do CPC 19/IFRS 11 - Contabilização de aquisições em operações em conjunto; - CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS 38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização; - Alterações do CPC 26/IFRS 10 e CPC 18/IAS 28 - Transferência ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto; - Melhorias anuais das IFRS 2012-2014; - Alterações do CPC 36/IFRS 10, CPC 45/IFRS 12 e CPC 18/IAS 28 - Entidades de investimento: exceção de consolidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos	19	70
Aplicações financeiras	3.951	6.908
	<u>3.970</u>	<u>6.978</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras são compostas por fundos de investimento em renda fixa e possuem uma remuneração equivalente 97,41% do CDI (90,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014), possuem liquidez imediata com vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia tem o saldo de R\$ 2.977 registrado no ativo circulante referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

### 7. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobiliário da ETSE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2015:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>70.318</b>
Receita de remuneração dos ativos da concessão	16.119
Receita de implantação de infraestrutura	88.325
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>174.762</b>
Receita de operação e manutenção	1.006
Receita de remuneração dos ativos da concessão	26.568
Receita de implantação de infraestrutura	26.520
(-) Parcela variável	(2.245)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(12.798)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>213.813</b>
Contas a receber ativo financeiro - circulante	23.116
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	190.697
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>213.813</b>

As contas a receber ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando

### 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/15		31/12/14	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
BNDES subcrédito A (a)	139	3.131	37.309	40.579
BNDES Fimame (b)	54	4.438	30.698	35.190
	193	7.569	68.007	75.769
				76.803

a) BNDES Sub A: Em dezembro de 2013 a Companhia assinou contrato no total de R\$ 38.982, os encargos correspondem a TILP, acrescido de juros de 2,02% ao ano. A quitação ocorre em 162 prestações mensais, com vencimentos finais em maio de 2028. b) BNDES Fimame: Em dezembro de 2013 a Companhia assinou contrato total de R\$ 35.782, os encargos correspondentes a juros de 3,5% ao ano. A quitação ocorre em 108 prestações mensais, com vencimentos finais em novembro de 2023. Os contratos com o BNDES da Companhia exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destacamos o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2015, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos à longo prazo são como segue:

	31/12/15	31/12/14
2017	7.642	-
2018	7.642	-
2019	7.642	-
2020	7.642	-
2021	7.642	-
2022	29.797	-
Após 2021	<u>68.007</u>	-

### 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER E DIFERIDOS

	31/12/15	31/12/14
<b>Passivo circulante</b>		
Imposto retido na fonte - IRRF	2	13
Imposto de renda - pessoa jurídica	237	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	106	-
PIS e COFINS	113	-
ISS - serviço de terceiros	7	210
ICMS	7	7
Outros	17	175
	<u>553</u>	<u>405</u>

**Passivo não circulante**  
IRPJ e CSLL diferidos (a)  
a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o ICPC 01 (R1) e OCP 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.136</b>
Imposto diferido reconhecido no resultado	3.247
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.383</b>
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.135
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6.518</b>

### 10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/15
Quota de reserva global de reversão - RGR	259
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	53
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	82
	<u>394</u>

### 11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificados como "possível" e consequentemente, não há qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2015 o valor envolvido estimado foi de R\$ 604 mil em processos trabalhistas e R\$ 15.718 mil em processos cíveis.

### 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**12.1. Capital social:** O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 92.943, representado por 92.943.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital	Total
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	92.942.999	99,999999%	99,999999%
Membros do Conselho de Administração	1	0,000001%	0,000001%
	<u>92.943.000</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

**12.2. Reserva de Lucro:** 12.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 12.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **12.3. Destinação do Resultado:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber com o dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	31/12/15	31/12/14
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.504</b>	<b>12.872</b>
Constituição da reserva legal	(875)	(644)
Base de cálculo de dividendos	16.629	12.228
Reserva de lucros retidos	(12.472)	(12.228)
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.157)	-
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>